



PROPOSTA Nº 144/2017

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide para construção de um Complexo Desportivo Municipal, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato.

PELOURO: Obras Municipais e Desporto. (Vereadores Manuel Salgado e Jorge Máximo)

SERVIÇO: DMPO e DAFD

Considerando que:

- A) O Município pretende construir um novo Parque Urbano de Lisboa com cerca de vinte hectares de terreno municipal, em Carnide, entre o Bairro Padre Cruz e as oficinas do Metropolitano;
- B) Em reunião de Câmara de 17 de junho de 2015, foi aprovada a Proposta n.º 322/2015, relativa ao início do procedimento de delimitação da Unidade de Execução do Parque Urbano da Pontinha e à abertura do período de discussão pública, o qual decorreu de 6 julho a 4 de agosto de 2015;
- C) A proposta de delimitação da unidade de execução do Parque Urbano da Pontinha visa a recuperação e regeneração de parte do território da cidade que há muito carece de uma intervenção, sendo intenção do Município a criação de um parque moderno e de qualidade, composto por áreas de diversões, espaços verdes, bem como de restauração, prevendo-se, ainda, a revisão total do sistema viário e a criação de um parque de estacionamento;
- D) Para o desenvolvimento e construção do Parque Urbano é necessário proceder à demolição das construções que se encontravam implantadas nas parcelas de terreno afetas ao projeto;
- E) Em 1 de outubro de 1983, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) autorizou o Clube Atlético e Cultural a ocupar, a título precário, uma parcela de terreno municipal junto ao Bairro Padre Cruz, Carnide, para implantação de um recinto polidesportivo;
- F) O Clube Atlético e Cultural foi fundado, em 6 de Maio de 1974, e é uma instituição de utilidade pública que tem vindo a desenvolver um trabalho significativo ao nível desportivo e



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

cultural na freguesia de Carnide, oferecendo à população uma variedade de atividades culturais e desportivas, tais como o Futebol Masculino e Feminino, Música, Ténis, Taekwondo, Atletismo e Goalball;

- G) As instalações do Clube Atlético e Cultural encontram-se dentro do perímetro de intervenção do referido Parque Urbano, pelo que haverá necessidade de realocar o clube para outras instalações e garantir a continuidade do trabalho desenvolvido pelo mesmo junto da comunidade;
- H) O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, dos tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- I) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- J) A Carta Desportiva de Lisboa apresenta uma área desportiva útil média da cidade de Lisboa de 1,61 m² por habitante, sendo que a freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil, claramente deficitária, de 2,36 m² por habitante;
- K) Por toda a cidade de Lisboa, incluindo na freguesia de Carnide, se verifica uma carência significativa de grandes campos de jogos, nomeadamente, campos de futebol para a prática das modalidades de futebol de 7 e de 11, na medida em que as estruturas existentes se encontram com a lotação completa nos períodos de utilização compreendidos entre as 18.30h e as 24h;
- L) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide entenderam ser essencial dotar a cidade e, em particular, a freguesia de Carnide de estruturas desportivas que visem colmatar as carências verificadas ao nível da prática desportiva;
- M) Foram identificadas duas parcelas de terreno, propriedade do Município de Lisboa e sitas junto ao Cemitério de Carnide, na freguesia de Carnide, como local privilegiado para a



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- construção de um equipamento desportivo que vise dar satisfação às necessidades sentidas pela população lisboeta e pelos fregueses da referida freguesia e freguesias confinantes;
- N) Na sequência da Proposta n.º 697/2015, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, de 15 de dezembro de 2015, foi outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide um Contrato de Delegação de Competências com vista ao desenvolvimento do projeto de arquitetura e especialidades para execução de um Complexo Desportivo Municipal na referida freguesia;
- O) No âmbito do referido Contrato de Delegação de Competências, a Junta de Freguesia de Carnide apresentou à Câmara Municipal de Lisboa o projeto de execução relativo à implantação do Complexo Desportivo, o qual foi objeto de análise e parecer dos serviços Camarários;
- P) De acordo com o projeto de execução, os trabalhos de construção e implantação do dito Complexo Desportivo Municipal ascendem ao valor global de € 2.405.788,29 (dois milhões quatrocentos e cinco mil, setecentos e oitenta e oito euros e vinte e nove cêntimos), sem IVA incluído;
- Q) A construção do referido Complexo Desportivo Municipal constitui uma competência própria da Câmara Municipal de Lisboa, conforme o disposto na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- R) Por entender ser de interesse mútuo e prioritário a construção desta instalação desportiva, a Junta de Freguesia de Carnide manifestou disponibilidade para assumir esta competência;
- S) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- T) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- U) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- V) Nessa medida, foi elaborado pelos serviços municipais um estudo, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, em anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;
- W) Atendendo ao teor do estudo, foi considerada a afetação dos recursos financeiros, a transferir no âmbito do Contrato de Delegação de Competências para a construção do Complexo Desportivo Municipal, no montante global máximo de € 2.677.643,00 (dois milhões seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros), sujeitando-se este valor a um acerto em função do valor final da obra constante do relatório de execução e documentos de despesa apresentados e validados, o qual não poderá ultrapassar o limite máximo fixado;
- X) Para correta gestão dos recursos financeiros, deverá existir um acompanhamento permanente da execução dos trabalhos de construção por esta edilidade, assente, designadamente, na nomeação de um representante para estar presente nas reuniões de obra e na análise dos relatórios de execução e documentos apresentados;
- Y) Se justifica que o período de vigência do Contrato de Delegação de Competências esteja vinculado à data de conclusão das obras que integram a competência que se pretende vir a delegar por meio da presente proposta, uma vez que o prazo previsto para a execução das mesmas é superior ao período de duração do mandato autárquico;
- Z) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide pretendem contratualizar a delegação de competências para a construção do Complexo Desportivo Municipal de Carnide;
- AA) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

BB) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

CC) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

DD) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor é necessário que a Assembleia Municipal de Lisboa aprove previamente a assunção dos compromissos plurianuais que adiante se indicam.

Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições conjugadas do artigo 23.º, na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas ee) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e dos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar submeter à Assembleia Municipal:

- I. A celebração do Contrato de Delegação de Competência entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide para a construção de um Complexo Desportivo Municipal no Bairro Padre Cruz, freguesia de Carnide;
- II. A minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide, que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta;
- III. A afetação dos recursos financeiros no valor global de 2.677.643,00 (dois milhões seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros), a transferir para a Junta de Freguesia de Carnide, nos seguintes termos e condições:
 - a) **No ano de 2017**, a quantia de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) no prazo máximo de 15 dias após a outorga do contrato de delegação de competências e a quantia de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) até setembro de 2017;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

A presente despesa tem enquadramento orçamental na orgânica L21.02, na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Plano de Actividades A4.P002.15, conforme documento de cabimento anexo à presente proposta;

- b) **No ano de 2018**, o montante de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) até fevereiro de 2018 e o valor remanescente, em duas ou mais prestações, até maio de 2018;

A verba supracitada terá enquadramento orçamental na L21.02, na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Plano de Actividades A4.P002.15, ou noutros códigos que os venham substituir no orçamento para o ano de 2018.

IV. A autorização para a assunção dos compromissos plurianuais para os anos de 2017 e 2018, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor, com os seguintes montantes:

2017 - € 1.000.000,00

2018 - € 1.677.643,00

Lisboa, 17 março de 2017,

Os Vereadores,

Manuel Salgado

Jorge Máximo



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L Í S B O A

DACM
Prop. n.º 144/2017
Fls. _____

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelos Senhores Vereadores do Pelouro das Obras Municipais e do Desporto, Manuel Salgado e Jorge Máximo, com competências delegadas e subdelegadas através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, e adiante designada por **Primeira Outorgante**,

e

FREGUESIA DE CARNIDE, pessoa coletiva n.º 505 207 117, com sede no Largo das Pimenteiras, 6, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fábio Sousa, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- A) Em reunião de Câmara de 17 de junho de 2015, foi aprovada a Proposta n.º 322/2015, relativa ao início do procedimento de delimitação da Unidade de Execução do Parque Urbano da Pontinha e à abertura do período de discussão pública, o qual decorreu de 6 julho a 4 de agosto de 2015;
- B) A proposta de delimitação da unidade de execução do Parque Urbano da Pontinha visa a recuperação e regeneração de parte do território da cidade que há muito carece de uma intervenção, sendo intenção do Município a criação de um parque moderno e de qualidade, composto por área de diversões, espaços verdes, bem como de restauração, prevendo-se, ainda, a revisão total do sistema viário e a criação de um parque de estacionamento;
- C) Para o desenvolvimento e construção do Parque Urbano é necessário proceder à desocupação das construções que se encontravam implantadas nas parcelas de terreno afetas ao projeto;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- D)** Em 1 de outubro de 1983, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) autorizou o Clube Atlético e Cultural a ocupar, a título precário, uma parcela de terreno municipal junto ao Bairro Padre Cruz, Carnide, para implantação de um recinto polidesportivo;
- E)** As instalações do Clube Atlético e Cultural encontram-se dentro do perímetro de intervenção do referido Parque Urbano, pelo que haverá necessidade de relocalizar o clube para outras instalações e garantir a continuidade do trabalho desenvolvido pelo mesmo junto da comunidade;
- F)** A Carta Desportiva de Lisboa apresenta uma área desportiva útil média da cidade de Lisboa de 1,61 m² por habitante, sendo que a freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil, claramente deficitária, de 2,36 m² por habitante;
- G)** Por toda a cidade de Lisboa, incluindo na freguesia de Carnide, se verifica uma carência significativa de grandes campos de jogos, nomeadamente, campos de futebol para a prática das modalidades de futebol de 7 e de 11, na medida em que as estruturas existentes se encontram com a lotação completa nos períodos de utilização compreendidos entre as 18.30h e as 24h;
- H)** A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide entenderam ser essencial dotar a cidade e, em particular, a freguesia de Carnide de estruturas desportivas que visem colmatar as carências verificadas ao nível da prática desportiva;
- I)** Foram identificadas duas parcelas de terreno, propriedade do Município de Lisboa e sitas junto ao Cemitério de Carnide, na freguesia de Carnide, como local privilegiado para a construção de um equipamento desportivo que vise dar satisfação às necessidades sentidas pela população lisboeta e pelos fregueses da referida freguesia e de freguesias confinantes;
- J)** Na sequência da Proposta n.º 697/2015, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, de 15 de dezembro de 2015, foi outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide um Contrato de Delegação de Competências com vista ao desenvolvimento do projeto de arquitetura e execução de um Complexo Desportivo Municipal na referida freguesia;
- K)** No âmbito do referido Contrato de Delegação de Competências, a Junta de Freguesia de Carnide apresentou à Câmara Municipal de Lisboa o projeto de execução relativo à implantação do Complexo Desportivo, o qual foi objeto de análise e parecer dos serviços Camarários;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

L) A construção do referido Complexo Desportivo Municipal constitui uma competência própria da Câmara Municipal de Lisboa, conforme o disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

M) Por entender ser de interesse mútuo e prioritário a construção desta instalação desportiva, a Junta de Freguesia de Carnide manifestou disponibilidade para assumir esta competência;

N) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

O) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

P) Se justifica que o período de vigência do Contrato de Delegação de Competências esteja vinculado à data de conclusão das obras que integram a competência que ora se delega, uma vez que o prazo previsto para a execução das obras de construção é superior ao período de duração do presente mandato autárquico;

Q) No âmbito das competências materiais atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Carnide e o Município de Lisboa contratuar a presente delegação de competências;

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 1.^a

Objeto

1. Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para promover a construção do Complexo Desportivo Municipal no Bairro Padre Cruz, freguesia de Carnide, Concelho de Lisboa.
2. A implantação do Complexo Desportivo mencionado no número 1 da presente cláusula, localizar-se-á na área de intervenção assinalada na planta de localização que se junta como Anexo I a este contrato e que dele fica a fazer parte integrante.
3. O Complexo Desportivo Municipal deverá ser construído de acordo com o projeto de arquitetura e especialidades apresentado pela Junta de Freguesia de Carnide e validado pela Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula 2.^a

Objetivo da delegação de competência

A delegação de competências prevista na cláusula anterior tem como objetivo melhorar a oferta desportiva na cidade de Lisboa, e na freguesia de Carnide em particular, atenta a carência de equipamentos deste tipo na área geográfica em que o mesmo se insere, e consequentemente a melhoria dos serviços disponibilizados e prestados na Freguesia em causa, bem como a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Cláusula 3.^a

Competências da Primeira Outorgante

Para prossecução do objeto do presente contrato, competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Acompanhar a execução das obras de construção, mediante realização de visitas à obra, a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;
- b) Cumprir as condições de afetação dos recursos financeiros.

Cláusula 4.^a

Competências delegadas na Segunda Outorgante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- a) Proceder ao exercício da competência delegada nos termos constantes no presente contrato;
- b) Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da celebração do presente contrato, bem como à adjudicação das empreitadas e contratos necessários à execução das obras de construção em causa;
- c) Promover a execução e conclusão das obras de construção do Complexo Desportivo Municipal, no prazo máximo de 10 (meses) contados da data da adjudicação da empreitada, e garantir que as mesmas sejam realizadas em estrita conformidade com os projetos de arquitetura e execução (especialidades) e peças desenhadas previamente aprovados pela **Primeira Outorgante**, exercendo todas as competências legais que lhe cabem;
- d) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual dos trabalhos de construção;
- e) Assegurar o cumprimento das boas regras de arte na execução dos trabalhos de construção, independentemente dos mesmos serem realizados por meios próprios e ou subcontratados;
- f) Informar por escrito a **Primeira Outorgante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- g) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- h) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e à sua custa, os danos que venham a ocorrer. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao serviço responsável, para que seja registada;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- i) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas;
- j) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infraestruturas;
- k) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- l) Apresentar relatórios mensais relativos à execução do objeto do presente contrato;
- m) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- n) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula 5.ª

Gestão do Complexo Desportivo

1. Após a conclusão das obras de construção do Complexo Desportivo, é intenção das partes outorgantes vir a celebrar um contrato com vista à delegação da competência para a gestão e manutenção do referido equipamento na **Segunda Outorgante**.
2. Em função do disposto no número um da presente cláusula e no âmbito da efetivação da competência de gestão, a **Segunda Outorgante** compromete-se a garantir a utilização do Complexo Desportivo pelo Clube Atlético e Cultural, nomeadamente dos seus campos de futebol para a prática das modalidades de futebol de 7 e de 11 e respetivas estruturas de apoio, para a realização de todos os treinos e jogos oficiais de todas as suas equipas de formação e competição.
3. À **Segunda Outorgante** competirá, após consulta e parecer da **Primeira Outorgante** quanto aos termos da utilização, definir o instrumento jurídico adequado para garantir o uso do Complexo Desportivo conforme referido no número anterior, sendo que, em caso de utilização do Complexo por mais do que um clube e havendo coincidência de horários, deverá ser dada preferência ao Clube Atlético e Cultural.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

4. A obrigação prevista no número um da presente cláusula apenas vigorará se, à data da outorga do instrumento jurídico definido pela **Segunda Outorgante**, o Clube Atlético e Cultural preencher os requisitos legais exigidos para o efeito.
5. A **Segunda Outorgante** compromete-se, ainda, a garantir a utilização gratuita do Complexo Desportivo pela **Primeira Outorgante** para a realização de atividades de interesse municipal e/ou desenvolvimento de programas municipais, nos horários e condições que vierem a ser estabelecidos por acordo entre as Partes.

Cláusula 6.^a

Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas são estimados no montante global de € 2.677.643,00 (dois milhões seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros).
2. A **Primeira Outorgante** irá transferir os recursos financeiros para a **Segunda Outorgante**, nos seguintes prazos e condições:
 - a) A quantia de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) no prazo máximo de 15 dias após a outorga do presente contrato;
 - b) A quantia de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) até setembro de 2017;
 - c) A quantia de € 500.000,00 (quinhentos mil euros) até fevereiro de 2018;
 - d) A quantia remanescente, em duas ou mais prestações, até maio de 2018.
3. Os recursos financeiros afetos ao exercício da presente delegação de competências serão acertados em função do valor final da obra de construção, constante no relatório de execução e documentos de despesa apresentados pela **Segunda Outorgante** e validados pela **Primeira Outorgante**, não podendo ultrapassar o valor estimado previsto no número um da presente cláusula.

Cláusula 7.^a

Auditoria e Fiscalização da Execução do contrato



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

1. O presente Contrato ficará sujeito a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma continua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia.

Cláusula 8.ª

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento em razões de interesse público e/ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 9.ª

Entrada em vigor e Período de vigência

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes e vigorará até à data da receção definitiva das obras de construção do Complexo Desportivo, sem prejuízo de obrigações acessórias que devam perdurar para além deste prazo.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato foi atribuído



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2017.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, _____ de _____ de 2017

A Primeira Outorgante,

Os Vereadores dos Pelouros das Obras Municipais e do Desporto,

(Manuel Salgado)

(Jorge Máximo)

A Segunda Outorgante

Presidente da Junta de Freguesia de Carnide

(Fábio Sousa)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DACM
Prop. n.º 144 / 2013
Fls. _____

**ESTUDO AO ABRIGO DO ARTIGO 122.º CONJUGADO COM O N.º3 DO
ARTIGO 115.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
NO ÂMBITO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E FREGUESIA DE CARNIDE**

NOTA PRÉVIA:

No âmbito da Recomendação nº1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia são instruídas com os estudos previstos no nº3 do artigo 115.º, ambos do anexo I da lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

Para cada uma das propostas de intervenção há a considerar os seguintes aspetos, abaixo descritos, que respondem as alíneas do número 3. do Art.115º, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro.

**1. CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO NO BAIRRO PADRE CRUZ –
FREGUESIA DE CARNIDE**

1.1. Enquadramento

A cidade de Lisboa apresenta uma carência significativa de grandes campos de jogos, nomeadamente, campos de futebol para a prática das modalidades de futebol de 7 e de 11, uma vez que as estruturas existentes se encontram com a lotação completa nos períodos de utilização compreendidos entre as 18.30h e as 24h, para os treinos das equipas de competição e de formação.

A Carta Desportiva de Lisboa apresenta uma área desportiva útil média da cidade de Lisboa de 1,61 m2 por habitante, sendo que a freguesia de Carnide apresenta uma área desportiva útil, claramente deficitária, de 2,36 m2 por habitante.

A Câmara Municipal de Lisboa identificou duas parcelas de terreno, sitas junto ao Cemitério de Carnide, freguesia de Carnide, como local privilegiado para a construção de um Complexo Desportivo - composto por um campo de futebol de 7, um campo de futebol de 11 e instalações



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

de apoio - que pretende minimizar as carências verificadas e contribuir para uma maior oferta deste tipo de equipamentos no Município.

Na sequência da aprovação da Proposta n.º 697/2015, em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, de 15 de dezembro de 2015, foi outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide o Contrato de Delegação de Competência para a elaboração do projeto de execução de arquitetura e especialidades do Complexo Desportivo Municipal de Carnide.

No âmbito do referido contrato, a Junta de Freguesia de Carnide apresentou à Câmara Municipal de Lisboa o projeto de execução relativo à implantação do Complexo Desportivo, o qual foi objeto de análise e parecer dos serviços Camarários. De acordo com o projeto de execução, os trabalhos de construção e implantação do dito Complexo Desportivo ascendem ao valor global de € 2.405.788,29 (dois milhões quatrocentos e cinco mil, setecentos e oitenta e oito euros e vinte e nove cêntimos), sem IVA incluído.

Com a presente proposta, pretende-se delegar a competência para a construção do equipamento desportivo em causa.

1.2. LOCALIZAÇÃO



1.3. Resposta às questões do número 3 do Art. 115º

- a) O não aumento da despesa pública global;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

A delegação de competências operada pelo presente contrato interadministrativo não representa um aumento a despesa pública, uma vez que da mesma não decorre qualquer acréscimo de gastos e custos para o erário público.

Importa mencionar que nos termos da Cláusula Sexta do dito contrato interadministrativo é fixado um valor máximo global para a afetação dos recursos financeiros respeitantes ao exercício da competência delegada, o qual teve por base as estimativas apresentadas pela Junta de Freguesia, estabelecendo-se que tal valor será revisto e acertado em função dos relatórios de execução dos trabalhos de construção do equipamento desportivo e dos documentos de despesa apresentados pela Junta de Freguesia de Camide e validados pela CML. Fica, assim, salvaguardada uma cooperação e coordenação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de ajustar as soluções decorrentes do exercício desta competência, caso seja necessário, a fim de garantir a racionalização da despesa e a escolhas economicamente mais vantajosas.

b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;

As freguesias abrangem uma área territorial menor e permitem a concentração de recursos e a redução de patamares de decisão, traduzindo-se assim numa gestão mais eficiente dos mesmos.

A delegação desta competência na Junta de Freguesia contribuirá para uma maior rapidez no exercício e prática dos atos necessários à prossecução do interesse público e inerentes à competência delegada e, por conseguinte, na construção de um equipamento desportivo ao serviço da população da freguesia num mais curto espaço de tempo, o que por sua vez, resultará numa maior eficácia dos serviços a prestar à população, bem como permitirá vocacionar os serviços da Câmara Municipal para o desenvolvimento de intervenções prioritárias ao nível do Concelho.

c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais;

A Junta de Freguesia tem uma menor dispersão de recursos, o que lhe proporciona uma maior celeridade no exercício desta competência. Por outro lado, a passagem desta competência para a Junta de Freguesia promove uma melhoria da coesão territorial, potencia a aproximação das decisões aos cidadãos, reforça a coesão social e proporciona melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º;

A presente ação tem como objetivo solucionar as carências que se verificam ao nível da oferta de grandes campos de jogos – campos de futebol de 7 e de 11 - na cidade de Lisboa e responder aos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A .

inúmeros apelos que têm vindo a ser feitos pelos clubes e associações desportivas do Município, com especial ênfase dos localizados na área da freguesia.

A delegação de competências na Junta de Freguesia garante celeridade e maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis no Município.

e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

A presente proposta foi articulada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Camide, no âmbito das suas competências.

Lisboa, 15 de março de 2017

A Diretora do Departamento da Atividade Física e do Desporto

(Sónia Paixão)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte N.º 500 051 070

ORÇAMENTO 2017

Data Lanç.: 16.02.2017

Data Doc.: 16.02.2017

Doc. Origem: PROPOSTA SN

Descrição: Apoio financeiro construção CD Carnide

Orgânica: L21.02
Dep.da Atividade Física e do Desporto

Funcional:

Nº Cabimento: 5317001578

617000972

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
08.05.01.01.01	A4.P002.15	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
	Totais	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00

Total do Valor Cabimentado

1.000.000,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimiento Seguido	Doc. Justificativo

Competência P/ Autorização

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Não Exigido

Não Exigido

Não Exigido

DACM
Prop. n. 44/2017
Fls.

Data: 16.02.2017 Hora: 11:39:29

Data: 16.02.2017
Pág: 1 / 1

Util: MJPEREIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DACM
Prop. n.º 144/2017
Fls. _____

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 31.03.2017

Nº 349 /2017

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

PROPOSTA 143/2018	Aguarda AO	300.000,00 €
PROPOSTA 144/2017	5317001578	1.000.000,00 €
PROPOSTA 149/2017	5317002322	138.180,00 €
PROPOSTA 150/2017	5317002339	30.000,00 €
PROPOSTA 151/2017	5317002335	9.000,00 €
PROPOSTA 152/2017	5317002327	10.500,00 €
PROPOSTA 153/2017	5317002325	10.558,00 €
PROPOSTA 154/2017	5317002615	120.000,00 €
		1.618.348,00 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L21.02 1.618.348,00 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 20 de Março de 2017

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2017, as atas, as moções, os votos de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 144 e 146/2017 das reuniões de Câmara de 11 e 25 de janeiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 7/2017 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Velez, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 8/2017 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Londres, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 3/2017 (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar um Voto de Congratulação ao trabalhador do Município de Lisboa, Hélder Mestre, na Meia Maratona de Lisboa, pelo elevado mérito desportivo alcançado na classe T51, nos termos do voto;

(Aprovado por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 141/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração entre a Associação Académica de Lisboa e o Município de Lisboa, no âmbito das atividades e ações a desenvolver, bem como a transferência de verba respetiva, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 142/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e José Sá Fernandes)

Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa e o Ministério da Educação, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 143/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e Freguesia de Carnide para a reconversão do Polidesportivo do Bairro da Horta Nova em Pavilhão Desportivo, bem como a respetiva minuta de Contrato, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 144/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e Freguesia de Carnide para construção de um Complexo Desportivo Municipal, bem como a respetiva minuta de Contrato, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 145/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o reforço de verba a transferir para as Juntas de Freguesia da Ajuda, Estrela, Penha de França e Santa Maria Maior, no âmbito da execução do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 156/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a transferência de verba para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 157/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a transferência de verba para a AMBPC - Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, para reforço do apoio financeiro já concedido pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no processo de realojamento do bairro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 158/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

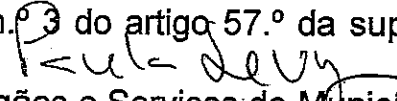
Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras dos arraiais populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 159/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras das marchas populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de março de 2017

O Vice-Presidente


Duarte Cordeiro

PROPOSTA 144/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E FREGUESIA DE CARNIDE PARA CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL, BEM COMO A RESPECTIVA MINUTA DE CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos votar, ponto 30, Proposta 144/2017.
Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 144/2017 a qual foi aprovada por unanimidade.